



**CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 1 DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
PENAMACOR NO DIA 25 DE OUTUBRO DE 2017.**

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezassete, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Penamacor, presidida pelo Senhor Presidente da Câmara, António Luís Beites Soares, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Delegação de competências do Executivo no Presidente da Câmara; -----
2. Proposta de fixação do número de vereadores a tempo inteiro; -----
3. Aprovação do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal; -----
4. Proposta de calendário das reuniões de câmara; -----
5. Comissões de vistorias; -----
6. Finanças Municipais. -----

Estiveram ainda presentes, para além do Senhor Presidente da Câmara Municipal António Luís Beites Soares, os Senhores Vereadores Manuel Joaquim Ribeiro Robalo, Domingos Manuel Bicho Torrão, Ilídia Alves Cruchinho Lélé e Sandra Maria Pires Vicente comigo Teresa Maria Bento Ribeiro, Técnica Superior, a secretariar. -----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram dez horas e de imediato deu início ao período de Antes da Ordem do Dia: -----

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----**

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra aos Senhores Vereadores que dela quisessem usar: -----

**O Sr. Presidente António Soares** deu as boas vindas aos novos vereadores. Disse esperar que as reuniões de câmara sejam profícuas, esperando que

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_ / \_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

todos trabalhem em conjunto, contribuindo da melhor forma para o desenvolvimento do concelho. -----

**O Sr. Vereador Domingos Torrão** desejou um ótimo mandato, manifestando a sua disponibilidade em trabalhar em prol do concelho. -----

**A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Sandra Vicente** disse esperar contribuir com o seu conhecimento para um bom trabalho pelo concelho. -----

**A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Ilídia Cruchinho** mostrou-se disponível para dar continuidade ao trabalho do anterior mandato. -----

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA.** -----

### **1 – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO EXECUTIVO NO PRESIDENTE DA CÂMARA.** -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“No sentido de assegurar uma gestão atempada e eficaz dos assuntos do município, no que respeita ao exercício das competências legalmente atribuídas ao órgão executivo, uma vez que as reuniões ordinárias deverão ter uma periodicidade quinzenal, proponho que, no exercício da faculdade prevista no artigo 44º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal delegue no Senhor Presidente da Câmara Municipal as seguintes competências que lhe estão legalmente atribuídas: -----

I – Delegação, ao abrigo do nº 1 do artigo 34º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, das seguintes competências materiais previstas no artigo 33º do mesmo diploma: -----

a) - Executar as opções do plano e orçamento, assim como aprovar as suas alterações (alínea d) do artigo 33º); -----

Ref.<sup>a</sup> \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_



## CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

- b) - Aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba (alínea f) do artigo 33º); -----
- c) – Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG (alínea g) do artigo 33º); -----
- d) – Alienar em hasta pública, independentemente de autorização da assembleia municipal, bens imóveis de valor superior ao referido na alínea anterior, desde que a alienação decorra da execução das opções do plano e a respetiva deliberação tenha sido aprovada por maioria de dois terços dos membros da assembleia municipal em efetividade de funções (alínea h) do artigo 33º); -----
- e) – Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de freguesia contratos de delegação de competências e acordos de execução, nos termos previstos na presente lei (alínea l) do artigo 33º); -----
- f) – Assegurar a integração da perspetiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais para a igualdade (alínea q) do artigo 33º); -----
- g) – Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central (alínea r) do artigo 33º); -----
- h) – Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal (alínea t) do artigo 33º); -----
- i) – Participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal (alínea v) do artigo 33º); --
- j) – Ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou segurança das pessoas (alínea w) do artigo 33º); -----



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

- k) – Emitir licenças, registos e fixação de contingentes relativamente a veículos, nos casos legalmente previstos (alínea x) do artigo 33º); -----
- l) – Exercer o controlo prévio, designadamente nos domínios da construção, reconstrução, conservação ou demolição de edifícios, assim como relativamente aos estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos (alínea y) do artigo 33º); -----
- m) – Executar as obras, por administração direta ou empreitada (alínea bb) do artigo 33º); -----
- n) – Alienar bens móveis (alínea cc) do artigo 33º); -----
- o) – Proceder à aquisição e locação de bens e serviços (alínea dd) do artigo 33º); -----
- p) – Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal (alínea ee) do artigo 33º); -----
- q) – Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal (alínea ff) do artigo 33º); -----
- r) – Assegurar, organizar e gerir os transportes escolares (alínea gg) do artigo 33º); -----
- s) – Proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos (alínea ii) do artigo 33º); -----
- t) – Deliberar sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos (alínea jj) do artigo 33º); -----
- u) – Declarar prescritos a favor do município, após publicação de avisos, os jazigos, mausoléus ou outras obras, assim como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios propriedade municipal, quando não sejam conhecidos os seus proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e manutenção, de forma inequívoca e duradoura (alínea kk) do artigo 33º); -----



**CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

- v) – Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central (alínea ll) do artigo 33º); -----
- w) – Designar os representantes do município nos conselhos locais (alínea mm) do artigo 33º); -----
- x) – Participar em órgãos consultivos de entidades da administração central (alínea nn) do artigo 33º); -----
- y) – Administrar o domínio público municipal (alínea qq) do artigo 33º); -----
- z) – Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos (alínea rr) do artigo 33º); -----
- aa) – Estabelecer a denominação das ruas e praças das localidades e das povoações, após parecer da correspondente junta de freguesia (alínea ss) do artigo 33º); -----
- bb) - Estabelecer as regras de numeração dos edifícios (alínea tt) do artigo 33º); -----
- cc) – Deliberar sobre a administração dos recursos hídricos que integram o domínio público do município (alínea uu) do artigo 33º); -----
- dd) – Enviar ao Tribunal de Contas as contas do município (alínea ww) do artigo 33º); -----
- ee) – Deliberar, no prazo máximo de 30 dias, sobre os recursos hierárquicos impróprios das deliberações do conselho de administração dos serviços municipalizados (alínea xx) do artigo 33º); -----
- ff) – – Dar cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição (alínea yy) do artigo 33º); -----
- gg) Promover a publicação de documentos e registos, anais ou de qualquer outra natureza, que salvaguardem e perpetuem a história do município (alínea zz) do artigo 33º); -----
- hh) – Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado (alínea aaa) do artigo 33º). -----
- II – Delegação das seguintes competências, ao abrigo do nº 1 e do nº 4 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro: -----



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

1 – Concessão, nos termos do nº 2 do artigo 4º do mesmo diploma, de licenças administrativas nas seguintes situações: -----

a) Nas operações de loteamento; -----

b) Nas obras de urbanização e nos trabalhos de remodelação de terrenos em área não abrangida por operação de loteamento; -----

c) Nas obras de construção, de alteração ou de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento ou por plano de pormenor que contenha os elementos referidos nas alíneas c), d) e f) do nº1 do artigo 91º do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial;

d) Nas obras de reconstrução, ampliação, alteração, conservação ou demolição de imóveis classificados ou em vias de classificação, bem como dos imóveis integrados em conjuntos ou sítios classificados ou em vias de classificação, e as obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração exterior ou demolição de imóveis situados em zonas de proteção de imóveis classificados ou em vias de classificação; -----

e) Nas obras de reconstrução sem preservação das fachadas; -----

f) Nas obras de demolição das edificações que não se encontrem previstas em licença de obras de reconstrução. -----

2 – Aprovação da autorização prévia regulada pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual nos termos da republicação pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

## **2 – PROPOSTA DE FIXAÇÃO DO NÚMERO DE VEREADORES A TEMPO INTEIRO. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

Ref.<sup>a</sup> \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

“Considerando que compete ao Presidente da Câmara Municipal decidir sobre a existência de vereadores em regime de tempo inteiro, nos termos do nº 1 do artigo 58º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, e pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; -----

Considerando que, no Município de Penamacor o limite é de um vereador a tempo inteiro, de acordo com a alínea d) do mesmo artigo 58º; -----

Considerando, por último, que compete à Câmara Municipal fixar o número de vereadores em regime de tempo inteiro que exceda o limite atrás referido e previsto na mencionada alínea d) do nº 1 do artigo 58º; -----

Proponho o seguinte: -----

1- Que, no uso da competência prevista no nº 2 do artigo 58º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, e pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, seja deliberado fixar em mais um o número máximo de vereadores a tempo inteiro. -----

2 - Que seja deliberado aprovar em minuta a presente deliberação, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

### **3 – APROVAÇÃO DO REGIMENTO DE FUNCIONAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

Considerando a competência atribuída à Câmara Municipal pela alínea a) do artigo 39º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para elaborar a aprovar o seu Regimento, submete-se o respetivo projeto para efeitos de apreciação. Nestes termos, proponho à Câmara Municipal que delibere aprovar o Regimento de funcionamento do órgão executivo, que se anexa à presente proposta”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

### **4 – PROPOSTA DE CALENDÁRIO DAS REUNIÕES DE CÂMARA.-----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Tendo em consideração o disposto nos artigos 40º e 49º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, proponho que seja deliberado o seguinte: -----

Que as reuniões ordinárias do Órgão Executivo tenham periodicidade quinzenal, nos termos do nº 1 do artigo 40º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; -----

Que a última reunião de cada mês seja pública, nos termos do nº 2 do artigo 49º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; -----

Que, para cumprimento do disposto no nº 2 do artigo 40º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, seja deliberado que as reuniões quinzenais tenham lugar nas primeiras e terceiras quartas-feiras de cada mês, pelas 10h00, no Edifício dos Paços do Município, em Penamacor, sendo a correspondente deliberação publicitada nos termos do nº 3 do mesmo artigo, e o respetivo calendário elaborado e divulgado por ano civil, considerando-se convocados todos os membros do órgão nos termos da mesma disposição legal. -----

Mais proponho que, nos termos e para os efeitos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, seja deliberado aprovar em minuta a presente deliberação”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

### **5 – COMISSÃO DE VISTORIAS. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Propõe - se a seguinte nomeação de comissões de vistorias: -----

1 - COMISSÃO DE VISTORIAS DIVERSAS. -----

Para realização de vistorias a que se refere: -----

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto – Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação; -----

Artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 80/2017, de 30 de junho - Regime Jurídico da Instalação, Exploração e Funcionamento de Empreendimentos Turísticos; -----

N.º 1 do Artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto – Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro - Imóveis em Elevado Estado de Degradação; -----

Artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro - Instalações e o Funcionamento dos Recintos de Espetáculos; -----

Artigo 11.º, Artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro – Regime de Licenciamento dos Recintos Itinerantes e Improvisados; -----

Artigo 25.º - A do Decreto-Lei n.º 73/2015, de 11 de maio - Sistema de Indústria Responsável; -----

Proponho que os Técnicos que representam a Câmara Municipal de Penamacor sejam: -----

Raul Álvaro Caldeira Tudela Laranjeira, Técnico Superior; -----

Ana Isabel da Conceição Valente, Técnica Superior; -----

José Luís Gil da Silva Leitão, Técnico Superior. -----

SUPLENTES PARA CASOS DE IMPEDIMENTO: -----

Lourenço dos Santos Aleixo, Assistente Técnico (Eng. Técnico Topógrafo); -----

António Lopes Gerales, Coordenador dos Serviços Administrativos da Divisão de Obras; -----

João José Ramos Franco Frazão, Assistente Técnico. -----

Nota: De acordo com a legislação específica de cada vistoria, serão convocados os peritos aos respetivos organismos. -----

2 – COMISSÃO DE VISTORIAS PARA GPL. -----

Para a realização das vistorias a que se refere o Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 217/2012, de 9 de outubro, conjugado com a Portaria n.º 1188/2003, de 10 de outubro, alterada pela Portaria n.º 1515/2017, de 30 de novembro, proponho que a Comissão

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

seja constituída por: -----

Elemento a designar pela ANPC- Autoridade Nacional de Proteção Civil; -----

Raul Álvaro Caldeira Tudela Laranjeira, Técnico Superior; -----

Ana Isabel Conceição Valente, Técnica Superior. -----

SUPLENTE PARA CASOS DE IMPEDIMENTO: -----

José Luís Gil da Silva Leitão, Técnico Superior; -----

Lourenço dos Santos Aleixo, Assistente Técnico (Eng. Técnico Topógrafo); -----

João José Ramos Franco Frazão, Assistente Técnico”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

### 6 – FINANÇAS MUNICIPAIS. -----

Foi presente o original Resumo Diário da Tesouraria, assinado e rubricado, que foi arquivado à presente ata. Foram também apresentados para análise os mapas atuais do orçamento da receita acumulada de 10.106.477,66 euro e uma despesa também acumulada de 6.936.356,46 euro e depois de rubricados ficam arquivados em anexo à presente ata. -----

-

E não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião eram dezanove horas, e dela se lavra a presente ata que depois de lida, julgada conforme e aprovada, vai ser assinada. E eu, \_\_\_\_\_, Técnica Superior, a redigi e subscrevi. -----

A Técnica Superior

O Presidente da Câmara

\_\_\_\_\_  
Teresa Bento Ribeiro

\_\_\_\_\_  
António Luís Beites Soares